



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

ONTOLOGIA MARXIANA, MÉTODO E REVOLUÇÃO

Paulo Roberto Felix dos Santos¹

Resumo: O artigo tem por objetivo apontar a importância da ontologia marxiana como possibilidade de conhecimento efetivo da realidade e de elaboração de uma alternativa revolucionária. Isso, porque fundada em um materialismo histórico-dialético, supera tanto perspectivas gnosiológicas, quanto ontologias idealistas na produção de conhecimento.

Palavras-chave: Ontologia Marxiana; Método; Revolução.

Abstract: The article intends to point out the importance of the Marxian ontology as a possibility of effective knowledge of reality and the elaboration of a revolutionary alternative. This is because, based on a historical-dialectical materialism, it surpasses both gnosiological perspectives and idealistic ontologies in the production of knowledge.

Keywords: Marxian Ontology; Method; Revolution.

1. INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento científico na conjuntura hodierna é atravessada por inúmeros desafios. Um deles refere-se ao questionamento de se é possível chegarmos a um conhecimento verdadeiro em face do conjunto de fenômenos sociais que nos rodeia. Em tempos de *influxos pós-modernos*, não são raras as considerações de que não haveria *um* conhecimento, mas *múltiplos*. A validade, então, dos diversos enunciados teóricos estaria hipotecada a um conjunto de *procedimentos* (metodológicos) com vistas a identificar se todas as regras foram seguidas, ou não, além da necessária *disputa intersubjetiva* entre as diferentes perspectivas, cada uma possuindo certo nível de validade. Um ponto de ancoragem desse tipo de percurso é a consideração de uma suposta *verdade relativa*, posta a dificuldade de se chegar a uma apreensão fidedigna da realidade, dado que esta possuiria uma estrutura tão complexa que seria impossível apreendê-la em sua totalidade.

No presente texto intentamos rejeitar esse tipo de abordagem quanto à construção do conhecimento, assentando em três possibilidades: *a) a possibilidade objetiva de produção de um conhecimento verdadeiro; b) a possibilidade de apreensão da realidade em perspectiva de totalidade e c) a possibilidade de, ao apreender a realidade objetiva, buscar a superação dessa forma de sociabilidade*. Na argumentação que desenvolveremos temos por objetivo demonstrar que essas três possibilidades foram delineadas a partir da instauração

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Sergipe. E-mail: <felix.ufs@gmail.com>.

de uma apreensão histórico-ontológica da realidade, com a impositão marxiana, cuja crítica da sociabilidade burguesa sinalizou para a superação dessa forma social por meio de uma revolução.

Para dar conta da problematização nos valem de uma revisão de literatura sustentada, sobretudo, a partir das referências de Marx (2013; 2010), Chasin (1988) e Tonet (2013), de modo a perquirir a originalidade e a importância da ontologia marxiana. Partimos do pressuposto de que a problemática do conhecimento pode ser abordada por dois pontos de vista. O primeiro refere-se ao *ponto de vista gnosiológico*, em cujo processo, é o sujeito o centro da ação de conhecer. É o sujeito que constrói (teoricamente) o objeto, e se constitui como polo regente do processo de conhecimento. É ele que colhe os dados, classifica, ordena, organiza, estabelece as relações entre eles e, deste modo, diz o que o objeto é. Para esse intento é necessário estudar os limites e as possibilidades que a razão – instrumento pelo qual se pode construir o objeto a ser conhecido – tem para a construção do “conhecimento verdadeiro”.

Por outro lado, tem-se o *ponto de vista ontológico*, processo pelo qual se aborda qualquer objeto tendo como elemento central o próprio objeto. Há, portanto, uma subordinação do sujeito em relação ao objeto. Dessa forma, não é o sujeito quem diz o que o objeto é, mas é este que se revela por intermédio do sujeito. Nessa perspectiva não se trata de, inicialmente, realizar um exame da razão, mas, de conhecer as *determinações essenciais do ser*. Destarte, a primeira pergunta a ser realizada é: *o que é o ser?*

A partir da análise de TONET (2013), podemos identificar que foi sob os auspícios desses dois troncos que se estabeleceram os padrões de conhecimento ao longo da história da humanidade. E desses dois grandes pontos de vista decorrem três grandes momentos na abordagem das questões relativas ao conhecimento, quais sejam: *greco-medieval; moderna e marxiana*, a serem abordados nesse texto.

Nessa perspectiva, esperamos explicitar como a opção pela abordagem na construção do processo de conhecimento pode implicar em velar a realidade efetiva dos fatos. Disso tem decorrido a hegemonia do ponto de vista gnosiológico e sua implicação negativa na apreensão da realidade social. De outro modo, é importante destacar que, se é a partir da realidade social que se pode construir o seu “ocultamento”, também é tendo-a como ponto de partida que podemos construir um conhecimento articulado com suas determinações essenciais, a fim de apanhar os diferentes objetos, capturando as suas estrutura e dinâmica internas, traduzindo no plano ideal a lógica real que os conforma. Com

isso, procedimento metodológico, temos a possibilidade histórico-objetiva de apreensão da efetiva realidade e, perante essa constatação, contribuir para a sua radical² transformação.

2. O PADRÃO GRECO-MEDIEVAL DE CONHECIMENTO: A CENTRALIDADE DA OBJETIVIDADE

A razão que fundamentara o mundo greco-medieval fora a apreensão do próprio mundo greco-medieval; do mesmo modo que a razão do mundo primitivo fora a razão do mundo primitivo. Assim, a questão é o que se entende por mundo. O mundo é um conjunto de partes articuladas, em constante processo de efetivação e ordenadas de modo hierárquico. Em especial, uma destas partes se destaca como sendo o momento fundante desta totalidade. Isso se refere ao *trabalho*, que é a categoria fundamental na construção de uma forma de sociabilidade, e que se efetiva, em primeiro e fundamental lugar, através do intercâmbio dos homens com a natureza (TONET, 2004). Desse processo (intercâmbio homem-natureza) não se resulta apenas a construção de bens materiais (realidade objetiva), mas também dos próprios homens (realidade subjetiva). Ao transformar a natureza, os homens também se transformam a si mesmos (MARX, 2013).

Há uma articulação entre objetividade (mundo) e subjetividade (a razão). Desse modo, um determinado estágio de processo de transformação da natureza dá origem – sempre em determinação recíproca – a uma forma de apreender e explicar tanto os fenômenos naturais quanto a realidade social. A subjetividade está intimamente ligada à objetividade, ou seja, o que é tido como razão, vincula-se ao que se concebe como mundo. É esse princípio que norteia a abordagem a respeito de qualquer forma de racionalidade.

Nos períodos grego e medieval tanto o conhecimento quanto a ação tinham como polo regente a objetividade (mundo real), com um caráter essencialmente a-histórico. E esse mundo real era expresso por aspectos metafísicos e idealistas sob determinações de cunho ético-político e/ou ético-religioso do conhecimento. O objetivo principal não se constituía na produção de um conhecimento que pudesse propiciar a transformação da natureza, mas para a organização e a direção da polis e/ou da vida para a transcendência (TONET, 2010). Tratava-se de elaborar um tipo de conhecimento que pudesse servir a esses objetivos. São exemplos dessa esteira pensadores como os gregos, pré-socráticos, Parmênides, Heráclito, Platão, Aristóteles e seus seguidores. Dentre os representantes da tradição medieval destacam-se Agostinho e Tomás de Aquino.

² A radicalidade aqui refere-se ao preciso sentido empregado por Marx, em apanhar o fenômeno pela raiz (MARX, 2010)

De acordo com esses representantes da tradição greco-medieval não seria por meio da apreensão dos dados empíricos que haveria a possibilidade de se chegar ao conhecimento verdadeiro, uma vez que estes dados estariam carregados pela mutabilidade e extrema diversidade. Desse modo, à razão caberia a superação dos limites impostos por esses dados – fenomênicos – para alcançar a essência (o *númeno*), sólida, permanente e imutável (TONET, 2010). É por essa razão que a impostação filosófica de cunho greco-medieval tem um caráter ontológico. Ante um mundo marcado pela expressão de mutabilidade e grande diversidade, só através da busca da essência se poderia chegar a um conhecimento sólido e verdadeiro. Assim, buscar-se-ia uma essência que conferisse uma unidade e permanência ao mundo.

Como a essência era algo sólido, imutável, conhecer a verdade significaria chegar à essência das coisas mesmas. Assim, a verdade não era algo construído pelo sujeito, mas algo que se encontrava no próprio objeto, ou seja, no próprio ser. É por essa razão que os gregos definiam dois tipos de conhecimento. O primeiro denominava-se *doxa* (opinião) e derivava do que poderia ser captado pelos sentidos e que, por isso, nunca poderia ser considerado sólido e de fato verdadeiro. O outro tipo de conhecimento que os gregos consideravam relaciona-se ao que de fato se chegava à essência, sendo essa considerada imutável. Esse conhecimento denominava-se *episteme*. Desse modo, uma das características fundamentais na produção do conhecimento tanto do mundo grego quanto do mundo medieval referia-se a uma abordagem ontológica da realidade, implicando, portanto, a possibilidade de conhecer o mundo tal qual ele é, de onde a prioridade ao objeto se constituía como um ponto de partida e de chegada. Apesar disso, os limites da base material nas quais se assentavam essas formulações limitava a própria apreensão da realidade, mas não descartava, de pronto, a possibilidade real do conhecimento

3. CAPITALISMO E INSTAURAÇÃO DO PADRÃO MODERNO DE CONHECIMENTO

Ao avaliarmos as características do padrão moderno de conhecimento, é preciso recorrermos as bases materiais de estruturação da própria sociedade regida pelo capital apoiada em uma “imensa coleção de mercadorias (MARX, 2013). Ora, diferentemente dos modos de produção que o antecederam (feudalismo e escravismo), no capitalismo a classe dominante – burguesia – exerce um papel ativo sobre a produção. Esse papel ativo é exercido na medida em que a burguesia controla a produção, embora não produza a riqueza material. Ademais, nesse modo de produção – diferentemente dos demais – a burguesia se apropria dos meios de produção e assim pode exercer o controle sobre os produtores diretos e a forma como eles se organizam. Destarte, para alcançar o objetivo de produzir a

riqueza material há uma necessidade de que se estreitem cada vez mais conhecimento e produção. Trata-se de conhecer para transformar/produzir e produzir mercadorias, daí decorrendo um intenso desenvolvimento das forças produtivas.

A validade dessa nova forma de conhecer implica um questionamento do padrão greco-medieval, uma vez que este se mostrava a partir de elementos de caráter especulativo e metafísico, o que dificultava/atrasava o avanço do desenvolvimento das forças produtivas. Além disso, essa forma anterior de conhecer parecia não possibilitar construir de fato algo verdadeiro, e como não passava pelo crivo da experimentação e verificação, causava empecilhos à transformação da natureza.

Por outro lado, as exigências da produção material mudaram completamente o direcionamento da investigação, orientado-a para o conhecimento da natureza. Este conhecimento, porém, ao contrário do caráter contemplativo e ético/político ou religioso do conhecimento greco-medieval tinha, agora, um caráter eminentemente ativo e prático. Estava voltado para a transformação da natureza.

Com essa guinada instaurada no século XVII, o processo de conhecer modificou inicialmente o que se conceituava como realidade. Nesse sentido, o que é o real para a ciência moderna? O real passa a ser apenas aquilo que pode ser captado pelos sentidos, ou seja, passa-se a dar uma ênfase na *realidade empírica*. Dessa ênfase na captação dos dados a partir da realidade empírica decorre a necessidade de que exista uma articulação entre os dados empíricos e a razão, uma vez que os sentidos passam a ser a única mediação possível entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo. Ora, esses dados se apresentam sempre como fragmentos da realidade e, portanto, são sempre singulares, parciais, e por isso, múltiplos, mutáveis e heterogêneos. Assim, a Ciência Moderna encontra-se numa encruzilhada: *Como relacionar os dados colhidos pelos sentidos e a razão? Como construir conhecimento verdadeiro que possa resultar em leis gerais diante das características de mutabilidade, heterogeneidade e multiplicidade que cobrem os dados empíricos?* Tais perguntas representaram o percurso percorrido pelos cientistas modernos a fim de dar validade a essa forma de conhecer.

Diferentemente do momento greco-medieval, o padrão moderno não questiona o que é mundo, mas se podemos conhecê-lo e como realizar essa tarefa. As soluções encontradas na Ciência Moderna, *mutatis mutandis*, desembocaram no *Racionalismo*, *Empirismo* ou *Criticismo Kantiano*. Com esse novo padrão a centralidade do processo de conhecimento passa a ser dirigida ao sujeito. Desse modo, o mundo objetivo é construído a partir da atividade do sujeito. Tal processo ocorre, de modo que duas categorias presentes no padrão greco-medieval são eliminadas, quais sejam: *essência* e *totalidade*. O próprio Kant considera que não podemos chegar a essência (o númeno), mas tão somente a

aparência (o fenômeno) (TONET, 2010). Do mesmo modo, como os dados sempre representam parcialidades, mutabilidades, a totalidade passa a ser uma categoria atribuída pelo sujeito, e não é considerada como uma dimensão mesma da própria realidade. Dessa situação deriva que ao final do processo de conhecimento não se tem o objeto real teoricamente reconstruído, mas sim um objeto teoricamente construído.

Tonet (2010) aponta que a busca pelo conhecimento científico ligado à realidade social se efetivou, de fato, a partir do século XIX, com a Sociologia, a História, a Economia, a Ciência Política, etc. Como isso ocorreu após o avanço das Ciências Naturais, este ramo influenciou, em larga medida, o desenvolvimento das Ciências Sociais. A preocupação com o desenvolvimento das Ciências Sociais está intimamente ligada aos processos de transformações que se engendravam na conformação do “mundo novo”, cuja base, como dissemos, centra-se na acumulação de capital. Desse modo, dois grandes momentos podem ser destacados. O primeiro que vai do século XVI ao século XIX e o segundo, do século XIX aos dias atuais.

O primeiro momento (do século XVI ao século XIX) expressa o surgimento da sociedade burguesa, que se gesta já no período feudal. Trata-se de um momento em que se questiona a atividade do homem sobre o mundo e de que são produtos o Renascimento e o Iluminismo. Essa nova forma de sociabilidade reclama a atividade do homem na transformação da realidade social, e que chegaria à verdadeira essência humana.

O segundo momento (do século XIX aos dias atuais) é a confirmação da burguesia como classe hegemônica e que consegue estabelecer na realidade social os critérios de cientificidade. Muito desse processo é devido ao sucesso das ciências naturais. Esse momento é impulsionado por dois grandes acontecimentos. Um de natureza econômico-social, a Revolução Industrial. E outro de cunho sócio-histórico, a Revolução Francesa.

O processo que culminou com a Revolução Industrial foi resultado do conhecimento acumulado acerca da transformação da natureza e a intensa acumulação de capital. Esse processo representou uma verdadeira revolução na forma de produzir e de fato explicitou a atividade do homem frente ao domínio da natureza. De outro modo, além de representar uma mudança de paradigmas do ponto de vista das forças produtivas, a Revolução Industrial implicou em profundas transformações em diversos âmbitos da sociabilidade: econômico, político, social, cultural, etc.

As transformações aludidas representaram a emersão do amadurecimento da sociedade capitalista. Significou a ascensão de um projeto no qual se apregoava a etapa final das formas de sociabilidade regida por leis imutáveis e eternas. Daí se consolidou a ideia de que a sociedade é composta por indivíduos singulares, que a precedem ontologicamente. De outra parte, desse processo de amadurecimento do projeto burguês

deriva a noção do funcionamento da sociedade como um organismo biológico, em um sistema de interdependência e compensação harmônica. Não por outro motivo, os “problemas sociais”³ são tratados como disfunções do sistema e que precisam ser tratados para garantir o equilíbrio da sociedade.

Com a ascensão da burguesia, como classe dominante, esta passa de classe revolucionária à classe reacionária (conservadora). Ora, se esta forma de sociabilidade representava a verdadeira natureza humana, não se tratava de buscar uma forma radicalmente nova de sociabilidade, mas conservar o projeto burguês, e no(s) seu(s) limite(s) aperfeiçoá-lo. A busca por transformação social, operada no interior do projeto burguês, só passa a ter sentido se balizada dentro dos estreitos limites de conservação de sua própria base material, ou seja, refere-se a um conhecimento cujo horizonte só pode desaguar na reafirmação da sociabilidade burguesa, ainda que comporte críticas a esse projeto, muitas delas sustentadas em um “anticapitalismo romântico” (LUKÁCS, 2010) enquanto substrato teórico da decadência ideológica da burguesia.

É interessante notar, entretanto, que a ascensão do projeto burguês tem uma natureza dúplice. Pelo mesmo processo, ao mesmo tempo, esse projeto implica em uma *permissão* e uma *interdição* da compreensão da realidade social. O processo de amadurecimento da sociedade burguesa abre a possibilidade de visibilidade do ser social. É só a partir desse momento que o ser social pode, de fato, aparecer como tal, diferenciando-se da natureza. Sobre esse processo Netto (1985, p.16) argumenta que a elaboração de uma teoria em acordo com o que de fato é a realidade social é, só se possibilita na “medida que o ser social pode aparecer aos homens como algo específico, isto é, como uma realidade que, necessariamente ligada à natureza (ao ser natural, orgânico e inorgânico), tem estrutura, dinâmica e regularidades próprias”. Entretanto, essa novidade é permeada por duas possibilidades. Por um lado, abre-se a possibilidade da apreensão da atividade humana frente à natureza, ou seja, a compreensão de que são os homens que fazem sua própria história⁴ (permissão). Por outro lado, essa plenitude do ser social interdita a sua apreensão, na medida em que tende a naturalizar os fenômenos sociais, e entende essa forma de sociabilidade como a correspondente à verdadeira natureza humana (interdição).

³ A expressão aqui é empregada para designar o conjunto de contradições econômicas, sociais e políticas que surge a partir da emergência da sociedade capitalista, que se fundamenta na exploração da produção social da riqueza material por muitos trabalhadores (proletários), sendo que grande parte dessa riqueza é alocada nas mãos de poucos proprietários privados (capitalistas). Isto é refere-se ao que denominamos de “questão social”. Desse modo, não se trata apenas de trabalhar os problemas sociais, visto que eles são diferenciados em relação às fases que antecederam o modo de produção capitalista.

⁴ É partindo desse pressuposto que Marx abre o texto denominado “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2008, p. 207, grifos nossos).

Para romper essa impossibilidade haveria a necessidade de recuperação de duas categorias – essência e totalidade – retiradas pela ciência moderna, como vimos. Além disso, a emergência da sociedade burguesa apresenta fenômenos que estão articulados a esse modo específico de reprodução social e que impossibilita captar as determinações fundamentais da realidade social. A esse respeito argumenta Netto:

Esta é apenas uma possibilidade. Como a sociedade burguesa se funda na exploração e na opressão da maioria pela minoria [...] a sua dinâmica produz, para legitimá-la minimamente, mecanismos que ocultam estes seus atributos. Tais mecanismos – a alienação e a reificação, conectadas ao “fetichismo da mercadoria” [...] – são necessários: a sociedade burguesa não pode existir sem eles, que acabam por criar uma aparência coisificada da realidade social. Esta aparência mistifica os fenômenos sociais: ela esconde que os fenômenos sociais são processos, mostra-os sob forma de coisas, alheias aos homens e às suas relações (NETTO, 1985, p 17).

A situação aludida não se trata de uma decisão consciente e sistemática, mas, implica antes de qualquer coisa, uma necessidade social posta pelo pensamento moderno. Se considerarmos o caminho da interdição como uma necessidade social do mundo moderno e que esse se coaduna com o projeto de consolidação da burguesia, a quem interessa o outro caminho – o da possibilidade? Partindo do pressuposto que o conhecimento é produto das mediações que perpassam, necessariamente, pelos sujeitos fundamentais, que são as classes sociais. E se um caminho (interdição) interessa a burguesia, conclui-se que o outro viés (permissão) só pode interessar ao proletariado e ao conjunto da classe trabalhadora. É importante registrar que considerar essas classes como fundamentais no processo de conhecimento não significa pontuar uma relação em si falsa entre conhecimento que interessa a uma ou outra classe. Significa tão somente que se têm níveis diferenciados de verdade. Uma que se limita a verdade fenomênica⁵ e outra que objetiva a verdade correspondente ao que de fato a realidade social é – a sua raiz última. Essa última possibilidade foi inaugurada pela impositação ontológica a partir da elaboração do pensador alemão Karl Marx.

4. O PADRÃO MARXIANO E A PERSPECTIVA HISTÓRICA DA REVOLUÇÃO

Do mesmo modo que todas as outras sociedades de classes, a sociedade burguesa apresenta duas classes fundamentais: burguesia e proletariado. O que a diferencia é que, ao contrário das outras sociedades, nesta as duas classes fundamentais apresentam projetos (distintos) para *toda* a humanidade. Desse modo, não só a burguesia, mas também o proletariado apresenta um projeto societário para toda a humanidade. Para

⁵ Lembre-se que o padrão científico moderno ao abandonar as categorias de essência e totalidade limita-se a categorização dos dados, que são sempre fragmentados, parciais, mutáveis.

esse intento se faz necessária a elaboração de uma determinada concepção de mundo (*Weltanschauung*) que justifique esse projeto. Esse projeto se fundamenta na construção de uma sociedade radicalmente nova, qual seja: *a sociedade comunista*. Para que esse projeto possa ser levado a cabo há a necessidade que se possa provar a sua viabilidade histórica, e isso só é possível através de um determinado tipo de conhecimento que apresente evidências da possibilidade histórica de superação da sociabilidade burguesa. Essa forma mais madura de conhecimento foi elaborada por Marx no século XIX. Daí decorre a denominação de *padrão marxiano de conhecimento*.

A perspectiva marxiana se fundamenta em um caráter de cunho ontológico tal qual a perspectiva greco-medieval. Todavia, ao contrário do padrão greco-medieval, que tem um caráter ontológico especulativo, a perspectiva marxiana desenvolve uma dimensão ontológica de cunho histórico-social. Ela está conectada ao que de fato a realidade social é. Além disso, trata-se de um padrão de conhecimento, que diferentemente do padrão moderno de ciência, resgata as categorias de essência e totalidade. Cumpre argumentar que, mesmo considerando que a perspectiva ontológica resgate as categorias de essência e totalidade, estas são diferentes em relação ao padrão greco-medieval. Ao contrário do padrão greco-medieval cuja essência e totalidade se apresentavam como categorias de cunho idealista e especulativo⁶, o padrão marxiano se constrói a partir do próprio real. Assim é a própria realidade social que responde o que ela é, e não uma mera especulação do que ela representa.

O teórico que elaborou sistematicamente esse padrão de conhecimento foi Marx. Ele é responsável pela instauração de uma nova perspectiva ontológica. Essa instauração se dá, inicialmente, por meio de três críticas ontológicas: A primeira diz respeito à crítica ontológica da filosofia hegeliana, da razão especulativa (CHASIN, 1988). Desse modo, trata-se de inversão das formas de pensar. É a compreensão das relações sociais como construtoras das formas de pensar. Uma relação de reciprocidade cuja primazia ontológica é das próprias relações que os sujeitos sociais desenvolvem a partir da realidade social. É uma forma de pensar a partir do real.

Uma segunda crítica elaborada por Marx é a crítica à forma de fazer ciência. Marx vai empreender um esforço considerável materializado pela publicação d'*O Capital*, na crítica à Economia Política Clássica. Nesse sentido, o autor se vale de um conjunto de análises de modo que pudesse tornar inteligíveis as engrenagens que movem o modo de produção capitalistas. Esse processo não se dá para que se possa corrigir as “imperfeições” do capitalismo, mas para superá-lo. Nesse sentido, não se trata de um mero movimento de

⁶ Isso ocorre não por incapacidade teórica dos ideólogos gregos ou medievais, mas a própria realidade social não se mostrava madura ao ponto de demonstrar uma cisão entre o ser social e a natureza. Não havia condições sócio-históricas para compreender o que de fato era o sujeito social em sua essência.

denúncia das mazelas da sociedade capitalista, mas de uma teoria capaz de “municar” o proletariado de uma forma de pensar que possa levar a superação da ordem burguesa. Tal empreendimento só foi possível a partir da instauração de impositivação teórica de cunho ontológico, de forma que se vá a raiz última do processo que engendra novas determinações nas relações dos sujeitos sociais.

A terceira crítica é a crítica da prática, ou da razão prática, ou razão política (CHASIN, 1988). Diz respeito ao embate entre a possibilidade da emancipação política e emancipação humana (MARX, 2010). Desse modo, a teoria elaborada por Marx, não busca como fim último a superação da condição política, à qual estão subsumidos os sujeitos. Ao contrário, a instauração ontológica consolidada por Marx, diz respeito à emancipação humana, ou “a auto-edificação na infinitude da processualidade histórica do ser social” (CHASIN, 1988, n.p.). Essa condição só é possível pela ação dos homens, ao considerar que não chegamos ao fim da história, mas que construímos nossa história. Só assim, pode instaurar uma nova forma de sociabilidade. Essas três críticas que apresentamos é que dão sustentabilidade, a ontologia marxiana: “Marx instaura uma ontologia da história, especificamente da história do homem, uma ontologia do ser-social” (*Idem, ibidem*). Essa é uma perspectiva, de fato, radicalmente nova e que interessa ao proletariado.

É importante ressaltar que como uma perspectiva de cunho ontológico, é o objeto que se põe no centro do processo de conhecimento. Não se trata de construir o objeto, mas reconstruí-lo por sucessivas aproximações. Para essa perspectiva a dimensão do conhecimento implica necessariamente uma articulação entre sujeito individual e sujeito coletivo, através da mediação das classes sociais. Essa articulação só é possível levando em consideração a totalidade, tendo como pressuposto a elaboração de uma *teoria geral do ser social*, resgatando, assim, uma perspectiva de totalidade, distanciando-se das vicissitudes particularistas e epifenomênicas atuais do padrão moderno.

A ontologia marxiana possibilita estabelecer subsídios a um efetivo projeto de superação da ordem burguesa. Trata-se de um padrão que não considera essa forma de sociabilidade como a última, e tampouco a mais perfeita. Ao contrário, constitui-se como uma *teoria revolucionária*, propondo a *instauração de uma ordem radicalmente nova*. O método elaborado por Marx está organicamente vinculado a uma ontologia. Não há possibilidade de dissociação entre método científico, ontologia e revolução⁷.

⁷ O sentido aqui pode ser apreendido em suas múltiplas determinações. Dados os limites desse texto não nos é possível, nem telegraficamente, apontar alguns elementos que nos permitam problematizar as diferentes interpretações quanto a essa possibilidade histórica. O que nos parece ser necessário deixar assentado, é que a abordagem ontológica inaugurada por Marx não só nos permite apreender os fundamentos que forjam a sociabilidade capitalista, mas também apreender as mediações do seu próprio ocaso, através do ato consciente de homens e mulheres comprometidos com uma sociabilidade emancipada.

Verificamos na atualidade uma outra direção no padrão científico em que se percebe a hegemonia do sujeito cognoscente frente ao objeto. Esse processo se apresenta por diversos matizes, na área do conhecimento, através do irracionalismo, com suas variantes pós-modernas, neo-iluminismo e pragmatismo, ressalvadas as suas diferenciações. No campo da ação identifica-se o abandono de qualquer possibilidade de reversão da ordem vigente, e que desemboca em um *voluntarismo*, que trata de (re)moldar a ordem atual sem tocar em suas bases, ou em um *politicismo*, que atribui à esfera da política a possibilidade da construção de sociedade livre e igualitária. Desse modo, entendemos a necessidade da afirmação da ontologia marxiana não só como uma forma de enfrentamento teórico-metodológico ao predomínio do padrão moderno, mas porque entendemos que é naquele referencial que estão as possibilidades de elaboração de um conhecimento verdadeiro e da superação da ordem social capitalista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado buscou trazer ao debate, como podemos analisar, a questão da produção do conhecimento. Desse modo, o processo de conhecer pode ser abordado por duas perspectivas: gnosiológica e ontológica. Tal classificação foi fundamental para traçarmos qual o polo regente no processo do conhecimento ante a esses dois paradigmas na produção do conhecimento e suas implicações para a realidade, a partir de três grandes padrões de conhecimento: greco-medieval, moderno e marxiano.

Ficou evidenciado, a partir da discussão realizada, que os dois primeiros padrões do conhecimento, greco-medieval e moderno, compreendendo uma fundamentação ontológica e gnosiológica, não podem trazer à tona uma compreensão verdadeira da realidade social. Essa possibilidade só é aberta pelo padrão marxiano que, embora se fundamente em um ponto de vista ontológico tal qual o padrão greco-medieval, ao recorrer às categorias e essência no âmbito do materialismo histórico e dialético constrói um conhecimento que verdadeiramente corresponde às determinações do que é o objeto, e assim desvenda a realidade social.

Diante da hegemonia do ponto de vista gnosiológico na apreensão da realidade social na atualidade, urge a necessidade de resgatarmos o padrão marxiano em sua dimensão mais revolucionária como forma de produzir um conhecimento que, de fato, se articula com as demandas da sociedade em sua totalidade, articulando as necessidades dos sujeitos sociais tomados em suas particularidades e tomados no âmbito do humano-genérico.

6. REFERÊNCIAS

CHASIN, J. **Método dialético [1988]**. Disponível em:

<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Chasin,%20Jose/metodo%20dialetrico.do>
c. Acesso em: 15 jun. 2018.

LUKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica. In.: LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, v. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, J. **O que é marxismo**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

TONET, I. Ciência quando o diálogo é impossível. In: DEMOCRACIA ou liberdade? Maceió, Edufal, 2004

_____. **O método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.